

## SUBSECÇÃO VI

### Assembleia de delegados

#### Artigo 57.º

- a) Eleger e destituir a mesa da assembleia de delegados.
- b) Apreciar anualmente à assembleia geral o plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte, bem como o relatório de actividades e contas, acompanhados dos respectivos pareceres do conselho fiscalizador.

#### Artigo 72.º

A convocação e forma de funcionamento da assembleia eleitoral, bem como o processo eleitoral constam de regulamento anexo aos presentes estatutos.

## CAPÍTULO XII

### Regulamentos

#### Regulamento/Assembleia geral

##### Artigo 1.º

###### (Convocação)

1- A convocação da assembleia geral é feita pelo presidente da mesa da assembleia geral, ou em caso de impedimento por um dos secretários.

2- As convocatórias da assembleia geral estão patentes aos associados, na sede, delegações do sindicato e nas secções sindicais com a antecedência mínima de 15 dias sobre a data da sua realização, ou com a antecedência de 30 dias, tratando-se de alteração de estatutos.

3- A assembleia geral eleitoral é convocada com uma antecedência mínima de 30 dias, sendo publicada num dos jornais mais lidos da área geográfica do sindicato.

##### Artigo 2.º

###### (Início da reunião)

As reuniões da assembleia geral têm início à hora marcada, desde que esteja presente a maioria dos sócios, ou trinta minutos mais tarde, com a presença qualquer numero de associados.

#### Regulamento eleitoral

##### Artigo 1.º

##### Artigo 4.º

A convocação da assembleia eleitoral será feita por meio de anúncios convocatórios afixados na sede do sindicato e suas delegações e publicados, em pelo menos um dos jornais mais lidos na área do sindicato, com a antecedência mínima de 60 dias.

##### Artigo 8.º

- 1- Será constituída uma comissão eleitoral composta pelo

presidente da mesa da assembleia geral ou por seu representante por um representante de cada uma das listas concorrentes definitivamente aceites.

##### 2- Compete à comissão eleitoral:

- a) fiscalizar o processo eleitoral;
- b) elaborar um relatório de eventuais irregularidades do acto eleitoral e entregá-lo à mesa da assembleia geral;
- c) distribuir entre as diferentes listas, a utilização do aparelho técnico do sindicato dentro das possibilidades deste.

3- A comissão eleitoral inicia as suas funções após o termo do prazo referido no número 3 do artigo 8.º

##### Artigo 11.º

- 2- Não é permitido o voto por procuração.

#### Regulamento da assembleia de delegados

##### Artigo 2.º

2- O âmbito da reunião da assembleia de delegados constará da respectiva convocatória e será determinado em função dos assuntos a debater.

##### Artigo 6.º

As reuniões da assembleia de delegados tem início à hora marcada, desde que esteja presente a maioria dos delegados, ou 30 minutos mais tarde, com a presença de qualquer número de delegados.

##### Artigo 11.º

A mesa da assembleia de delegados é constituída por um presidente indicado pela direcção central e por três secretários eleito pela assembleia de delegados de entre os seus membros.

#### Regulamento dos delegados sindicais

##### Artigo 1.º

1- A eleição dos delegados sindicais é da competência dos trabalhadores e da iniciativa destes ou da direcção central.

2- Os delegados sindicais são eleitos por voto directo e secreto, cabendo à direcção definir, organizar e assegurar a regularidade do processo eleitoral, ouvidos os associados participantes na eleição.

Registado em 22 de junho de 2016, ao abrigo do artigo 449.º do Código do Trabalho, sob o n.º 31, a fl. 175 do livro n.º 2.

#### Federação Nacional dos Professores - FENPROF - Alteração

Alteração aprovada em congresso no dia 29 e 30 de abril de 2016, com última alteração dos estatutos publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 26, de 15 de julho de 2013.

CAPÍTULO I		Artigo 14.º
<b>Da denominação, sede, âmbito subjetivo e geográfico, duração, sigla, símbolo e bandeira</b>	(...)	
(...)		SECÇÃO II
CAPÍTULO II		<b>Dos direitos e deveres dos sindicatos filiados</b>
		Artigo 15.º
<b>Dos objetivos, princípios fundamentais, democracia sindical e direito de tendência</b>	(...)	Artigo 16.º
Artigo 5.º	(...)	
A federação visa reforçar os sindicatos dos professores na sua ação pelos seguintes objetivos:		SECÇÃO III
a) Defender, por todos os meios ao seu alcance, os direitos, interesses e aspirações dos docentes, investigadores e técnicos de educação, adiante designados por professores;		<b>Das receitas da federação</b>
(...)		Artigo 17.º
Artigo 6.º	(...)	Artigo 18.º
(...)		
Artigo 7.º	(...)	
(...)		SECÇÃO IV
CAPÍTULO III		<b>Do regime disciplinar</b>
<b>Das competências e do âmbito objetivo</b>		Artigo 19.º
(...)	(...)	
CAPÍTULO IV		Artigo 20.º
<b>Dos sindicatos filiados na federação</b>	(...)	Artigo 21.º
SECÇÃO I		As penas aplicáveis, para efeito do artigo anterior, são as seguintes:
<b>Da filiação de sindicatos</b>		(...)
Artigo 11.º		c) Expulsão, em caso de grave violação de deveres fundamentais.
(...)		Artigo 22.º
Artigo 12.º	(...)	
(...)		CAPÍTULO V
Artigo 13.º		<b>Dos órgãos</b>
1- (...)		SECÇÃO I
2- (...)		<b>Dos órgãos da federação</b>
3- A decisão da aceitação da filiação é da competência do congresso, sob proposta do conselho nacional, acompanhada de pareceres do conselho de jurisdição e do secretariado nacional, que os fundamentarão em critérios de representatividade, de democraticidade e de defesa dos direitos e interesses dos professores.		Artigo 23.º
4- A decisão de aceitação da filiação será tomada através de votação, devendo obter uma maioria qualificada de dois terços.	1- (...)	
	2- O órgão de direção da FENPROF é o secretariado nacional.	



## SECÇÃO II

### Do congresso

#### Artigo 24.º

- (...)  
4- São delegados por inerência os membros do conselho nacional e do secretariado nacional.

#### Artigo 25.º

(...)

#### Artigo 26.º

(...)

#### Artigo 27.º

- 1- (...)  
2- As decisões do congresso são tomadas por maioria simples de votos, exceto nos casos previstos nos presentes estatutos.  
3- (...)

#### Artigo 28.º

(...)

## SECÇÃO III

### Do conselho nacional

#### Artigo 29.º

(...)

#### Artigo 30.º

(...)

#### Artigo 31.º

- 1- (...)  
2- (...)  
3- A suspensão do mandato de membro do conselho nacional nos termos previstos no número 5 do artigo 38.º não carece de qualquer comunicação e produz efeitos imediatamente após a ratificação prevista no número 2 do artigo 38.º e no número 4 do artigo 42.º.

#### Artigo 32.º

- 1- (...)  
2- (...)  
3- (...)  
4- Não relevam para o limite previsto na alínea b), do número 1 do presente artigo, as faltas que resultem de licença parental, doença, internamento hospitalar, falecimento de cônjuge, parente ou afim, prestação de provas públicas e de avaliação, cumprimento de obrigações legais e serviço de exames e avaliação de alunos, desde que documentalmente comprovadas.

#### Artigo 33.º

1- (...)

2- (...)

3- A substituição de membros do conselho nacional eleitos em congresso, nos termos do artigo 29.º, números 2 e 3, faz-se pelos membros que se seguem na lista pela qual foi eleito o que perdeu ou cessou o mandato, à exceção da situação prevista no número 7 do artigo 38.º

4- A substituição de membros do conselho nacional que percam o mandato nos termos do número 1 do artigo 32.º terá efeitos imediatos.

#### Artigo 34.º

(...)

#### Artigo 35.º

1- Compete ao conselho nacional:

a) Analisar e deliberar sobre a situação político-sindical na perspetiva da defesa dos interesses dos professores e do reforço do movimento sindical docente;

b) Apreciar a atividade da federação entre congressos e definir as linhas de ação necessárias à concretização do plano de ação aprovado pelo congresso;

c) Aprovar, sob proposta do secretariado nacional, o plano anual e o orçamento, bem como o relatório e contas, de cada ano;

d) Aprovar, sob proposta do secretariado nacional, o regulamento do congresso;

e) Deliberar sobre as sanções disciplinares previstas no artigo 21.º dos presentes estatutos, sem prejuízo das competências de última instância do congresso previstas no artigo 26.º, alínea e), dos presentes estatutos;

f) Decidir sobre a adesão da federação a organizações nacionais e internacionais de tipo superior, sem prejuízo da competência de ratificação do congresso, prevista no artigo 26.º, alínea g), dos presentes estatutos;

g) Analisar todas as questões levadas a congresso, emitindo, caso entenda, parecer fundamentado;

h) Eleger e destituir o presidente do conselho nacional;

i) Convocar o congresso, nos termos do artigo 25.º, acompanhar a sua preparação e presidir, conjuntamente com outros órgãos, aos seus trabalhos;

j) Ratificar os regulamentos que desenvolvam e aprofundem as regras de funcionamento do secretariado nacional e do conselho de jurisdição, fixadas pelos presentes estatutos;

k) Organizar grupos de trabalho que dinamizem a reflexão em torno de questões e áreas específicas;

l) Proceder à substituição do secretário-geral, nos termos dos números 7 e 8, do artigo 42.º;

m) Aprovar o seu regulamento de funcionamento.

2- (...)

3- (...)

4- (...)

#### Artigo 36.º

1- O conselho nacional reúne ordinariamente três vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que for convocado nos termos do número 12 do presente artigo.

2- (...)

3- (...)

4- (...)

5- Se a natureza da matéria sujeita a votação for urgente, não consentindo o adiamento da respetiva deliberação, o desempate realizar-se-á nos termos do Código Civil.

6- Se, tendo a deliberação sido adiada e na reunião seguinte o empate persistir, o desempate realizar-se-á nos termos do Código Civil.

7- (...)

8- (...)

9- Sempre que, numa primeira votação, nenhum dos candidatos obtenha a maioria absoluta dos votos validamente expressos, realizar-se-á uma segunda votação, que terá como candidatos os dois mais votados na primeira votação, sendo eleito o candidato que obtenha o maior número de votos.

10- (...)

11- (...)

12- (...)

13- (...)

14- Os membros do secretariado nacional podem participar nas reuniões do conselho nacional, sem direito a voto.

15- Os membros das direções dos sindicatos que compõem a federação e os membros do conselho de jurisdição, quando convidados, podem participar nas reuniões do conselho nacional, sem direito a voto.

16- O conselho nacional pode reunir em plenário ou secções.

#### SECÇÃO IV

##### Do secretariado nacional

###### Artigo 37.º

(...)

###### Artigo 38.º

1- Os 24 secretários nacionais referidos no número 2, do artigo 37.º, são designados pelas direções dos sindicatos filiados de entre os seus associados, de acordo com a representatividade de cada sindicato, aplicando-se a regra de proporcionalidade a que aludem os artigos 17.º, número 2, e 29.º, número 4, dos presentes estatutos.

2- (...)

3- (...)

4- (...)

5- Dos 24 secretários nacionais referidos no número 1 do presente artigo, apenas 7 podem exercer simultaneamente funções de membro do conselho nacional, sendo que os restantes, se para tal tiverem sido eleitos ou designados nos termos do número 3 do artigo 29.º, suspendem funções no conselho nacional, imediatamente após a ratificação prevista no número 2 do presente artigo e no número 4 do artigo 42.º

6- Os sete sindicatos filiados com maior representatividade associativa, calculada nos termos do número 2 do artigo 17.º e número 4 do artigo 29.º, indicarão um dos seus associados membro do secretariado nacional que exercerá também funções no conselho nacional se para tal tiver sido eleito ou designado nos termos do número 3 do artigo 29.º

7- Os membros do secretariado nacional que, nos termos do número 5 do presente artigo, suspendem funções no conselho nacional são substituídos pelo candidato suplente do mesmo sindicato filiado que se segue na lista pela qual foi eleito aquele que suspende o mandato.

8- A lista dos 24 secretários nacionais referida no número 2 do artigo 37.º será divulgada em congresso, em simultâneo com as listas candidatas à eleição do conselho nacional.

###### Artigo 39.º

(...)

###### Artigo 40.º

(...)

###### Artigo 41.º

1- (...)

2- (...)

3- (...)

4- Se a natureza da matéria sujeita a votação for urgente, não consentindo o adiamento da respetiva deliberação, o desempate realizar-se-á nos termos do Código Civil.

5- Se, tendo a deliberação sido adiada e na reunião seguinte o empate persistir, o desempate realizar-se-á nos termos do Código Civil.

###### Artigo 42.º

1- (...)

2- (...)

3- (...)

4- A substituição de secretários nacionais nos termos do número anterior é sujeita a ratificação pelo conselho nacional, por votação secreta e por maioria simples, desde que algum dos membros do conselho nacional o requeira.

5- (...)

6- Os secretários nacionais cessam o seu mandato e são substituídos numa das seguintes situações:

a) A seu pedido e após comunicação ao secretário-geral;

b) Nos termos do número 3 do presente artigo.

7- (...)

8- (...)

9- (...)

10- (...)

###### Artigo 43.º

(...)

###### Artigo 44.º

1- Compete ao secretariado nacional:

a) Representar a federação em juízo e fora dele;

b) Administrar os bens e serviços da federação, bem como gerir os seus fundos e contratar e dirigir o pessoal da federação;

c) Dinamizar, em coordenação com os sindicatos filiados, a atividade sindical, tendo em consideração as decisões tomadas nas diferentes estruturas do movimento sindical doente;

d) Decidir sobre a gestão financeira e patrimonial da fe-



deração;

e) Aprovar os regulamentos internos indispensáveis ao bom funcionamento dos serviços da federação;

f) Convocar conferências nacionais sobre temas específicos, aprovando a sua ordem de trabalhos e regulamento;

g) Implementar, dirigir, coordenar e executar a atividade quotidiana da federação, de acordo com os estatutos e as deliberações tomadas pelo congresso e pelo conselho nacional;

h) Decidir sobre formas de ação e de luta a desenvolver no plano nacional, incluindo o recurso à greve, para defesa dos interesses dos professores e da educação quando nestes domínios se verifique consenso entre as direções dos sindicatos filiados;

i) Dar execução às deliberações do congresso e do conselho nacional;

j) Elaborar e apresentar anualmente ao conselho nacional e ao conselho de jurisdição o plano e o orçamento, bem como o relatório e contas de cada ano;

k) Elaborar e apresentar pareceres ao conselho nacional sobre a deliberação de aceitação ou recusa de filiação de novas associações sindicais na federação;

l) Solicitar ao conselho de jurisdição a instrução de processos disciplinares e ao conselho nacional a aplicação das sanções previstas no artigo 21.º;

m) Requerer ao presidente do conselho nacional a convocação do respetivo conselho;

n) Convocar o congresso, nos termos do artigo 25.º, trabalhar na sua preparação e presidir, conjuntamente com outros órgãos, aos seus trabalhos;

o) Promover a constituição de grupos de trabalho, coordenando a sua atividade, bem como a realização de seminários, encontros e conferências que se considerem necessárias para o desenvolvimento e reforço do movimento sindical docente nacional;

p) Ratificar os regulamentos de eleição de delegados ao congresso dos sindicatos filiados, apurada a sua conformidade com o regulamento do congresso aprovado pelo conselho nacional;

q) Eleger, de entre os seus membros, uma comissão de verificação da regularidade do mandato dos delegados ao congresso;

r) Representar a federação, no âmbito das competências definidas no artigo 8.º dos presentes estatutos.

2- (...)

3- (...)

## SECÇÃO V

### Do conselho de jurisdição

### Artigo 45.º

(...)

### Artigo 46.º

1- (...)

2- (...)

3- (...)

4- (...)

5- Em caso de empate na votação, o desempate realizar-se-á nos termos do Código Civil.

6- (...)

7- (...)

8- (...)

9- (...)

10- (...)

11- Não relevam para o limite previsto na alínea b), do número 7, do presente artigo, as faltas que resultem de licença parental, doença, internamento hospitalar, falecimento de cônjuge, parente ou afim, prestação de provas públicas e de avaliação, cumprimento de obrigações legais e serviço de exames e avaliação de alunos, desde que documentalmente comprovadas.

### Artigo 47.º

(...)

### Artigo 48.º

(...)

## CAPÍTULO VI

### Da fusão, integração e dissolução

(...)

## CAPÍTULO VII

### Revisão, resolução de casos omissos e interpretação dos estatutos

(...)

## CAPÍTULO VIII

### Disposições transitórias

(...)

Registado em 24 de junho de 2016, ao abrigo do artigo 449.º do Código do Trabalho, sob o n.º 32, a fl. 175 do livro n.º 2.